

Em debate em comissão, professor da **Unicamp** disse que setor pode favorecer o desenvolvimento de estados e municípios

Relatório da MP dos royalties da mineração deve ser lido amanhã

O RELATOR DA Medida Provisória 789/2017, que aumenta os royalties da mineração, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), disse que seu relatório deve ser lido amanhã na comissão.

Na última audiência do colegiado, na quarta-feira, o professor Iran Ferreira Machado, do Instituto de Geociências da **Unicamp**, afirmou que o Brasil deve investir no uso racional da mineração, na recuperação de áreas degradadas e na ampliação dos investimentos em tecnologia, para favorecer o desenvolvimento econômico dos estados e municípios ligados à atividade.

— O Brasil é um país continental extremamente rico, um subsolo famoso desde a época do ciclo do ouro e estamos mal acompanhados em matéria de valores de royalties — afirmou.

Em termos de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), a média cobrada no Brasil é de 2,8%, abaixo dos percentuais nos principais países produtores — Canadá, Austrália, África do Sul, Chile e Peru. Isso tem prejudicado os estados e municípios, o que evidencia a necessidade de conciliar os interesses dos mineradores e da sociedade, afirmou Machado, que defendeu a adoção de uma alíquota de 4% apenas para o minério de ferro.



Professor Fernando Scaff, deputado Marcus Pestana e senador Paulo Rocha na audiência

O diretor do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Fernando Antonio Freitas Lins, cobrou a aplicação dos recursos da Cfem em pesquisa. Ele citou a importância de minerais estratégicos para o futuro, como o lítio, o grafite e as terras raras, e frisou que o uso dos recursos deve ser transparente.

A presidente do Consórcio dos Municípios dos Corredores Multimodais do Maranhão, Karla Batista Cabral, defendeu a transformação da compensação financeira em ações que melhorem a vida da população dos 23 municípios que compõem a organi-

zação e por onde escorre a produção do minério de ferro de Carajás (PA).

Assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Alessandra Cardoso ressaltou que a Cfem no Brasil é pequena, mal distribuída e gasta sem definição de prioridade nem transparência.

O presidente da comissão mista, senador Paulo Rocha (PT-PA), destacou o papel da mineração para o desenvolvimento e disse que a discussão demandaria muito mais tempo, tendo em vista as divergências e os conflitos políticos que o país atravessa.